FACULDADE Eficaz
REVISTA ELETRÔNICA
ISSN 2178-0552

# INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO REGULAR

**COSTA,** Sara Andréia Martins Campos

**Resumo**: Este artigo discute aspectos relacionados a inclusão de alunos com dificuldade intelectual no ensino regular, e teve por objetivo descobrir como ocorre a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular da Escola Municipal Regente Feijó no Município de São José das Palmeiras/PR. Para fundamentar o estudo utilizou-se de autores como Marconi e Lakatos (1996), Sassaki (1997), Carvalho (2000), Ferreira (2005), Bueno (2004), Brasil (2005). A metodologia adotada foi um estudo transversal, quantitativo, de caráter descritivo, que teve como método a pesquisa de campo e instrumento de coleta de dados um questionário. Diante do estudo realizado, pode-se inferir que na escola há apenas inclusão de alunos com dificuldades intelectuais leves, pois elas restringem-se apenas as dificuldades de aprendizagem na leitura e escrita, e que estes alunos além de receber um tratamento diferenciado, não sofrem nenhum tipo de discriminação e estão conseguindo construir o seu aprendizado dentro das suas limitações.

**Palavras-chave:** Aprendizagem. Dificuldade Intelectual. Inclusão.

***Abstract:*** *This article discusses aspects related to inclusion of pupils with learning difficulties in mainstream education and aimed to find out how is the inclusion of students with intellectual disabilities in mainstream education of the School Regent in São José das Palmeiras/PR. To support the study was used by authors such as: Marconi and Lakatos (1996), Sassaki (1997), Carvalho (2000), Ferreira (2005), Bueno (2004), Brazil (2005). The methodology adopted was a cross-sectional study, quantitative, descriptive character, which had as its method of field research and data collection instrument a questionnaire. Before the study can be inferred that the school just inclusion of students with mild intellectual disabilities because they are restricted to only learning difficulties in reading and writing, and that these students besides receiving different treatment, suffer no discrimination and are managing to build their learning within their limitations.*

***Keywords***: *Learning. Intellectual Difficulty. Inclusion.*

## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, ouve-se o velho discurso de que o Brasil é um país democrático, igualitário e livre, entretanto, constantemente é possível deparar-se com as desigualdades sociais, e as diversas formas de exclusão que atingem grande parte da população brasileira, de modo particular, daqueles que apresentam algum tipo de necessidade especial. A sociedade moderna ainda tem dificuldade para aceitar as diferenças e compreender que independente do estado físico ou mental, todo ser humano tem o direito de ser aceito sem qualquer tipo de discriminação, e receber formação para desempenhar o seu papel na sociedade.

A inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular, apesar de ser um direito adquirido e garantido por lei, nos dias atuais constitui sendo um grande desafio a ser superado, visto que mesmo diante das exigências algumas escolas ainda não possuem infraestrutura adequada para atender esta nova realidade. Mas, o que realmente preocupa não é a parte física, mas sim a falta de investimento na parte pedagógica e formação dos profissionais que vão acolher este aluno e ser responsável por seu aprendizado e desenvolvimento acadêmico. Diante deste contexto, torna-se fundamental realizar um estudo para verificar se a inclusão de alunos com deficiência intelectual está ocorrendo na prática nas escolas e se os profissionais envolvidos no processo de ensino aprendizagem estão preparados para atendê-los.

Este estudo teve por objetivo descobrir como ocorre a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular da Escola Municipal Regente Feijó no Município de São José das Palmeiras/PR. Para atingir este objetivo primeiramente foi preciso identificar a existência de alunos com deficiência intelectual frequentando o ensino regular, verificar se os professores possuíam formação adequada para trabalhar com este tipo de dificuldade e verificar se os alunos com deficiência intelectual estão conseguindo construir o seu aprendizado. Conforme Marconi e Lakatos (1996), este foi um estudo transversal, quantitativo de caráter descritivo que teve como método a pesquisa de campo, e utilizou-se como instrumento para a coleta de dados um questionário aberto composto por cinco perguntas, que analisaram aspectos relacionados à inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular, aplicado aos professores e pedagoga da escola que foi investigada.

## 2. CONCEITO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva é um processo pelo qual procura-se ampliar a participação dos educandos com necessidades especiais em escolas do ensino regular. Devido a sua complexidade, ela pode ser entendida de diversas maneiras diferentes, entre elas como sendo:

> Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (…) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida (SASSAKI, 1997, p. 41).

Entretanto, para que isso ocorra plenamente deve haver uma reestruturação de significados, de cultura, de prática e das políticas que atualmente são empregadas nas escolas, de modo, a aceitar qualquer tipo de diversidade, é adotar uma abordagem mais humanística, capaz de aceitar o sujeito e suas diferenças, tendo como principal objetivo a inserção social de todos e a formação do cidadão. Corroborando com o que foi supracitado, surge Carvalho (2000), relatando que a inclusão é um processo que implica dinamismo, mudanças de atitudes e reflexões em torno de sua operacionalização, tanto na escola quanto na sociedade como um

todo. Ele acrescenta ainda, que reconhece a existência de diferenças na inserção de alunos com necessidades especiais e a consequente necessidade de mudanças no sistema educacional, pois ele ainda não está preparado para receber estes alunos. Mas para Ferreira (2005), a inclusão é mais que isso, pois envolve:

> […] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades do ser humano como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e o crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor (FERREIRA, 2005, p. 44).

Portanto, para que isso se efetive realmente é necessário que todas as pessoas tenham igualdade de acesso e oportunidades perante a sociedade, ou seja, a sociedade deve adaptar-se para poder incluir pessoas com necessidades especiais. Isso implica não somente em mudanças estruturais, mas também na forma de pensar e agir das pessoas, responsáveis por este processo de mudança.

> Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. O desenvolvimento das pessoas com deficiência deve ocorrer dentro do processo de inclusão e não como pré-requisito para estas pessoas poder fazer parte da sociedade, como se elas precisassem pagar "ingressos" para integrar a comunidade (SASSAKI, 1997, p. 41).

Contudo, é muito importante que a inclusão aconteça primeiro dentro da própria família, e que os familiares estejam preparados para aceitar, compreender e respeitar as limitações dessas pessoas especiais, sem é claro, subestimá-los ou ficar impondo barreiras. A família é peça fundamental no processo de inclusão, pois é ela quem vai dar suporte, e preparar a pessoa com necessidade especial para ingressar na sociedade.

## 2.1. UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Ao se recorrer à história, certamente serão encontrados relatos bárbaros e muitas vezes desumanos na forma como eram tratadas as pessoas com necessidades especiais. BUENO (2004, p. 72) "relata que na época do cristianismo os deficientes eram perseguidos, abandonados, jogados em esgoto e algumas vezes eliminados pela própria sociedade". Na antiguidade era muito comum querer associar o nascimento de um filho ou filha com deficiência física ou mental a algum tipo de pecado que os pais provavelmente tivessem cometido, e que, como castigo Deus os teria enviado um descendente anormal.

Ainda no século XVII e XVIII as pessoas com deficiência eram rejeitadas, discriminadas, e excluídas tanto pela família quanto pela sociedade. Segundo BRASIL (2001, p. 25) "as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas".

FACULDADE Eficaz
REVISTA ELETRÔNICA
ISSN 2178-0552

Ao longo dos tempos as pessoas e a sociedade foram mudando sua forma de pensar e agir, passando a entender melhor as diferenças e aprendendo a aceitá-las. Conforme BRASIL (2001), no século XIX começam a surgir alguns ensaios de mudança na forma de tratamento das pessoas especiais, a exemplo disso, as pessoas com deficiência eram deixadas em casa, como forma de protegê-las dos preconceitos e discriminação da sociedade que ainda era grande. Entretanto, no século XX iniciam-se alguns movimentos de luta contra o preconceito as pessoas deficientes e começam a surgir inúmeras críticas e questionamentos sobre a prática educacional, fortalecendo assim o anseio de muitos por terem uma sociedade inclusiva.

> Somente em 1930 a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação (JANNUZZI, 2004, p. 34).

Mas, foi apenas no final do século XX que os movimentos sociais, acalorados pelos constantes debates e discussões acerca da educação inclusiva culminaram na Declaração de Salamanca, um documento que dispõe sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. A Declaração de Salamanca em um de seus pontos define que:

> […] as escolas se devem ajustar a todas as crianças independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluírem-se crianças com deficiência ou sobredotados, crianças da rua ou crianças que trabalham crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais (UNESCO, 1994, p. 06).

A partir deste documento muita coisa mudou no Brasil para a educação especial, principalmente no que diz respeito à aceitação, forma de tratamento, respeito adquirido perante a sociedade e de modo especial, aos avanços sociais, pedagógicos e tecnológicos alcançados através da educação inclusiva. Portanto, a partir deste momento, percebe-se uma maior preocupação em se criar mecanismos e softwares adaptados que facilitem a inserção de pessoas com necessidades especiais na sociedade.

## 2.2. O QUE DIZ OS DOCUMENTOS DA ESCOLA SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR

A escola possui dois documentos que são norteadores de todas as ações que são desenvolvidas dentro do ambiente escolar, a mencionar o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2013), a escola é um espaço democrático que tem como principal objetivo a formação de valores e respeito ao semelhante e ao meio ambiente. Já o REGIMENTO INTERNO (2011, p. 25) "relata que a educação especial tem como finalidade assegurar educação de qualidade a todos os alunos com necessidades educacionais

especiais, em todas as etapas da Educação Básica, oferecendo apoio, complementação, suplementação e/ou substituição dos serviços educacionais regulares".

No entanto, para que isso ocorra é indispensável que o currículo seja repensado, adaptado à realidade local, de modo a atender a especificidade do aluno valorizando a diversidade, estimulando a individualização e a socialização do ensino. Flexibilizar o currículo é articular possibilidades, necessidades, interesses e perspectivas sobre o que deve ser ensinado, mas sempre que necessário, fazendo intervenções pedagógicas, para atender as necessidades individuais, de modo a garantir seu pleno desenvolvimento pessoal e social, buscando a formação de um sujeito crítico e participativo, capaz de desempenhar o seu papel na sociedade.

> A inclusão de crianças com necessidades educacionais requer planejamento, estudos constantes e aprimoramento, entretanto para que isto se concretize faz-se necessário adaptar as mesas, cadeiras, banheiros, escadas com corrimão, sala de recurso com professores especializados, intérpretes para aluno com deficiência auditiva etc. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2013, p. 73).

Contudo, não basta que o governo invista apenas na parte física e estrutural da escola, deve haver uma maior preocupação com a formação de professores e funcionários, para que estes sejam capacitados para lidar com estas especificidades, e sintam-se preparados para acolher e atuar de modo significativo na vida destes alunos, contribuindo para sua formação e aceitação no mercado de trabalho e na sociedade. Claro, que investir em acessibilidade é muito importante, mas ela por si só não resolve o problema da inclusão, para isso é fundamental investira também no material humano, ou seja, preparar aqueles que vão trabalhar diretamente com essas especificidades.

## 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a realização deste estudo, foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário aberto composto por cinco perguntas, que analisaram aspectos relacionados à inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular, que foi aplicado aos professores e pedagoga da escola investigada. Ao analisar a amostra investigada percebe-se que os indivíduos selecionados constituíram uma amostra bem heterogênea, pois há representantes de várias faixas etárias e diferentes grau de instrução garantindo assim respostas que retratam fielmente a realidade da escola. Levando em consideração a distribuição da amostra por gênero, verificou-se que houve um maior predomínio para o sexo feminino. Contudo, não é possível perceber interferências ou distorção nas respostas que prejudicassem a seriedade do estudo devido à superioridade numérica do sexo feminino em relação ao sexo masculino.

FACULDADE Eficaz
REVISTA ELETRÔNICA
ISSN 2178-0552

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA PELO SEXO DOS PARTICIPANTES

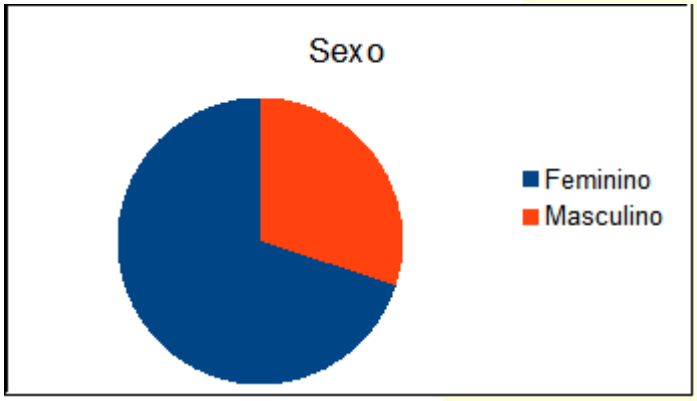



***GRÁFICO 1**- FONTE: Própria autoria*

Em relação à representatividade, cada categoria pesquisada teve participantes que responderam ao questionário e expressaram o seu pensamento e conhecimento sobre a inclusão de alunos com dificuldade intelectual no ensino regular. Apenas duas categorias participaram da pesquisa, pois foram investigadas pessoas que mais tem contato com os alunos.

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR CATEGORIAS

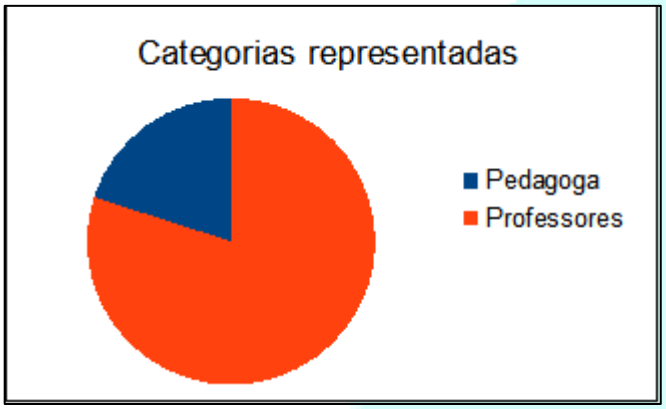



***GRÁFICO 2** - FONTE: Própria autoria*

A amostra foi composta por integrantes de diferentes níveis de conhecimento, abrangendo desde participantes com apenas o ensino superior como também especialistas. Isso foi muito importante, pois possibilitou conhecer a opinião de todos os representantes independentemente do nível de instrução que possuem, pois sabemos que todos estão envolvidos no processo e possuem conhecimento e autonomia para se expressar.

FACULDADE Eficaz
REVISTA ELETRÔNICA
ISSN 2178-0552

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA PELA ESCOLARIDADE DOS PARTICIPANTES

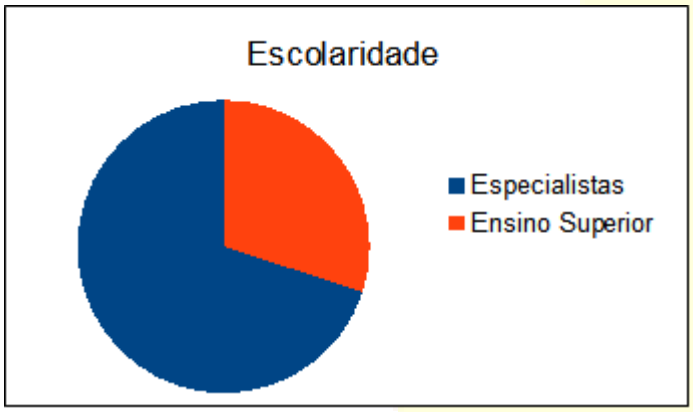



*GRÁFICO 3 - FONTE: Própria autoria 1*

Na primeira questão – O que você entende por inclusão escolar? – percebe-se que houve formas diferentes de definir a inclusão escolar, entretanto, todos os entrevistados demonstraram ter bem claro o que ela significa o que, aliás, reflete a atualidade do tema e a preocupação que a sociedade vem tendo com o mesmo.

TABELA 1 – FREQUÊNCIA E PORCENTAGEM DAS RESPOSTAS PARA A QUESTÃO 1

| Respostas | Frequência | % |
|---|---|---|
| - É inserir todas as pessoas no ensino regular independente de sua cor, classe social, condições físicas e psicológicas. | 5 | 50 |
| - É dar condições de acesso e permanência a todos os alunos com suas especificidades e diferenças no ensino regular, ofertando-lhes um ensino de qualidade. | 3 | 30 |
| - É aceitar todos na escola sem distinção ou preconceito. | 2 | 20 |

*FONTE: o autor 1*

Ao analisar os dados levantados na primeira questão, pode-se constatar que para 50% dos entrevistados, inclusão escolar é inserir todas as pessoas no ensino regular independente de sua cor, classe social, condições físicas e psicológicas, enquanto que para 30% dos entrevistados, é dar condições de acesso e permanência a todos os alunos com suas especificidades e diferenças no ensino regular, ofertando-lhes um ensino de qualidade, outros 20% disseram que inclusão escolar é aceitar todos na escola sem distinção ou preconceito.

Na segunda questão – Em sua escola há aluno com dificuldade intelectual incluso? – percebe-se que houve uma unanimidade entre os entrevistados, pois todos afirmaram que sim, existem alunos com dificuldade intelectuais inclusos. Diante da afirmativa, percebe-se que a dificuldade intelectual é um problema constante que está presente todas as escolas.

TABELA 2: FREQUÊNCIA E PORCENTAGEM DAS RESPOSTAS PARA A QUESTÃO 2

| Respostas | Frequência | % |
|---|---|---|
| - Sim. | 10 | 100 |

*FONTE: o autor 2*

Ao analisar os dados apresentados para a segunda questão, constatou-se que 100% dos entrevistados disseram sim, há alunos com dificuldades intelectuais matriculados e frequentando o ensino regular, mas que estes apresentam apenas dificuldades leves, que afetam um pouco a aprendizagem da leitura e da escrita. Apesar de apresentarem apenas dificuldades leves, estes alunos também necessitam de um atendimento individualizado e exige do professor um maior conhecimento e capacitação para trabalhar estas dificuldades de modo a saná-las ou amenizar suas consequências.

Na terceira questão – A escola é adaptada para receber alunos com dificuldade intelectual? – percebe-se que apesar de ouvir falar tanto em acessibilidade, nem todos os espaços públicos receberam adequações necessárias para que cadeirantes e deficientes visuais possam deslocar-se de forma livre e eficiente. Isso, inclusive é refletido na escola pesquisada, veja nas respostas dos entrevistados.

TABELA 3: FREQUÊNCIA E PORCENTAGEM DAS RESPOSTAS PARA A QUESTÃO 3

| Respostas | Frequência | % |
|---|---|---|
| - Não, ainda faltam algumas mudanças a serem feitas, tais como, banheiros adaptados, mobiliário, portas e rampas de acesso. | 6 | 60 |
| - Não, pois ainda faltam banheiros, portas e mobiliário adaptados, o que dificulta a inclusão escolar. | 3 | 30 |
| - Não, pois a verba de acessibilidade recebida pela escola foi insuficiente para fazer as adaptações necessárias. | 1 | 10 |

*FONTE: o autor 3*

Ao analisar os dados apresentados para a terceira questão, verificou-se que apesar de todos os avanços já alcançados, a acessibilidade ainda é algo complexo que exige mais investimentos por parte do poder público, pois ainda há muito a ser feito para que ela se efetive plenamente em todos os espaços. Para 60% dos entrevistados a escola não possui acessibilidade, pois ainda faltam algumas mudanças a serem feitas, tais como, banheiros adaptados, mobiliário, portas e rampas de acesso, outros 30% alegam que a escola não está preparada para receber alunos inclusos, pois faltam banheiros, portas e mobiliário adaptados, o que dificulta a inclusão escolar. Os demais 10% disseram que a escola não está adaptada para a inclusão escolar e acrescentaram ainda que a verba recebida pela escola fosse insuficiente para fazer as mudanças necessárias.

Na quarta questão – Você recebeu alguma formação para atender alunos com dificuldades intelectuais? – Verificou-se que grande parte dos profissionais da escola não receberam formação adequada e os que receberam foi na época da graduação, o que, aliás, é pouco quando se fala em educação inclusiva, principalmente quando fala-se de alunos que exigem um maior conhecimento e preparação para acompanhá-los em sua aprendizagem.

TABELA 4: FREQUÊNCIA E PORCENTAGEM DAS RESPOSTAS PARA A QUESTÃO 4

| Respostas | Frequência | % |
|---|---|---|
| - Não, não fiz nenhum curso específico para atender estes alunos. | 7 | 70 |
| - Durante as capacitações da escola, já recebemos alguns textos que tratavam da acessibilidade e pessoas com dificuldades intelectuais, mas não pode-se dizer que foi uma formação. | 2 | 20 |
| - Tivemos um pouco apenas na formação acadêmica. | 1 | 10 |

*FONTE: o autor 4*

Ao analisar os dados apresentados para a quarta questão constatou-se que 70% dos entrevistados não fizeram nenhum curso específico para atender alunos com dificuldade

intelectual, já outros 20% disseram que durante as capacitações da escola receberam alguns textos sobre acessibilidade e pessoas com dificuldades intelectuais, mas não pode ser considerada uma formação, enquanto outros 10% disseram que tiveram formação apenas na graduação.

Na quinta questão – Você está preparado para receber e/ou trabalhar com estes alunos? – Verificou-se que por não ter formação adequada, grande parte dos profissionais ficam inseguros, o que, aliás, é comum quando não se tem conhecimento suficiente para lidar com algo tão complexo como à educação especial, principalmente somado aos diversos problemas que já temos em sala de aula, como indisciplina, dificuldade de aprendizagem, entre outros.

TABELA 5: FREQUÊNCIA E PORCENTAGEM DAS RESPOSTAS PARA A QUESTÃO 5

| Respostas | Frequência | % |
|---|---|---|
| - Não, não me sinto preparado para atender alunos inclusos. | 6 | 60 |
| - Além de não ter formação apropriada, não sei se daria conta de 30 alunos “normais” mais alunos inclusos. | 2 | 20 |
| - Acho que não conseguiria dar-lhe o atendimento necessário para que ele consiga acompanhar a turma e ter uma educação de qualidade. | 2 | 20 |

*FONTE: o autor 5*

Ao analisar os dados apresentados para a quinta questão, verificou-se que os profissionais entrevistados não estão preparados para receber e/ou trabalhar com alunos inclusos, pois 60% disseram não se sentir preparados, enquanto outros 20% além de não terem formação apropriada, não sabem se dariam conta de alunos tidos como “normais” mais alunos inclusos. Outros 20% temem não conseguir dar o atendimento necessário para que eles acompanhem a turma e tenham uma educação de qualidade.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao recorrer a história sobre a educação inclusiva, pode-se afirmar que ela teve um grande avanço nos últimos anos, principalmente a partir da Declaração de Salamanca, pois a sociedade passou a ver as pessoas com necessidades especiais de modo diferente, aceitando melhor as suas diferenças e respeitando-as mais, o que possibilitou maiores oportunidades de acesso na sociedade. Evidentemente, a educação inclusiva ainda está em um estágio de desenvolvimento, e será tema de muitos debates e discussões até que se alcance o nível de eficiência adequado e desejado por todos.

O presente estudo teve como objetivo descobrir como ocorre a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular da Escola Municipal Regente Feijó no Município de São José das Palmeiras/PR. Para atingir este objetivo primeiramente foi preciso identificar a existência de alunos com deficiência intelectual frequentando o ensino regular, verificar a formação dos professores e verificar se os alunos com deficiência intelectual estão conseguindo construir o seu aprendizado.

A partir dos dados levantados nas entrevistas com os professores, constatou-se que todos demonstraram ter um bom nível de conhecimento sobre a inclusão escolar e o direito de pessoas com dificuldade intelectual em frequentar o ensino regular, contudo, foram enfáticos em dizer que não tiveram formação adequada para atender alunos com dificuldades intelectuais, e tampouco sentem-se preparados para recebê-los. Frente a esta problemática, sugere-se que a direção da escola busque através da Secretaria de Educação profissionais capacitados para fornecer formação adequada aos docentes, para que estes tenham condições de receber este aluno especial, e trabalhar de modo que ele consiga construir seu conhecimento.

Perante o estudo realizado pode-se inferir que na escola há apenas inclusão de alunos com dificuldades intelectuais leves, pois elas restringem-se apenas as dificuldades de aprendizagem na leitura e escrita, e que estes alunos além de receber um tratamento diferenciado, não sofrem nenhum tipo de discriminação e estão conseguindo construir o seu aprendizado dentro das suas limitações.

Diante da complexidade e relevância do tema, sugere-se que outros estudiosos despertem interesse pelo tema, para que possam desenvolver mais estudos como este, a fim de mostrar a realidade das escolas brasileiras e juntos buscar soluções para que as escolas atinjam a eficiência desejada e se torne uma escola aberta para todos, capaz de ofertar um ensino de qualidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** MEC SEESP, 2001.

BUENO, J. S. **Educação Especial Brasileira: integração e segregação do aluno deficiente.** São Paulo: Educ, 2004.

CARVALHO, R. É. **Temas em Educação Especial.** 2 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

FERREIRA, W. B. **Educação Inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?** Revista da Educação Especial – Out/2005, Nº 40.

JANUZZI, G. M. **A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Coleção Educação Contemporânea. Campinas: Autores Associados, 2004.

MARKONI, M. D. A. & LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

**Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Regente Feijó – Educação Infantil e Ensino Fundamental,** 2013.

**Regimento Escolar da Escola Municipal Regente Feijó – Educação Infantil e Ensino Fundamental,** 2011.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 3 ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.